



PAULO MALUF

“QUEBRARAM SÃO PAULO”



Daniel Garcia

Prefeito nomeado de São Paulo em 1969, foi eleito Governador pelo voto indireto em 1978. Elegeu-se deputado federal em 1982 e lançou-se candidato a Presidente, sendo derrotado por Tancredo Neves no Colégio Eleitoral. Elegeu-se prefeito de São Paulo em 1992. Candidato a Governador pela Coligação “Resolve São Paulo” (PPB-PL-PTN-PSDC), Maluf, de 71 anos, tem como vice Heitor Pinto e Silva Filho, presidente da Associação Nacional das Universidades Particulares e reitor da Universidade Bandeirante de São Paulo (Uniban)

Revista Adusp – No Estado de São Paulo, a educação infantil de zero a seis anos ainda é uma hipótese, e de zero a três anos nem existe. O que se vê é um atendimento indireto, terceirizado, envolvendo entidades filantrópicas e assistenciais. Qual a proposta do candidato para viabilizar um crescimento significativo da oferta de ensino infantil?

Maluf – Nas creches, acho que a descentralização administrativa é a melhor solução. Ou seja, você ter convênios com as prefeituras

municipais para que os prefeitos assumam isso. Estou vendo aqui um relatório, por exemplo, de cidades do interior: Macatuba, Duartina, Agudos, Arealva, Iacanga. É evidente que quando existe uma reclamação numa determinada creche da cidade, esta reclamação pode ser feita ao prefeito, que todo mundo sabe onde mora, a rua que mora, e tem uma responsabilidade até administrativa e eleitoral. Você consegue uma maior eficiência do sistema.

Se a reclamação tivesse que ser

feita aqui na escola Caetano de Campos, onde é a sede da Secretaria da Educação, ou na Secretaria da Promoção Social, pode ter certeza de que nem a mãe e nem o prefeito iriam conseguir uma audiência. Creio plenamente que a melhor eficiência e produtividade, melhor relação custo-benefício do investimento, se dá com a responsabilidade dos prefeitos.

É lógico que São Paulo é uma cidade que é um Estado. Mas se você pegar o próprio Estado de São Paulo, com 645 municípios, com

“O Estado não respeitou, na municipalização, direitos adquiridos”

toda certeza em 640 a descentralização vai funcionar muito mais.

Revista Adusp – O que justificou a municipalização do ensino foi a lei de repasse de recursos por meio do Fundef. Como o governo vai se preparar para o final da vigência do fundo em 2006? O que vai acontecer depois?

Maluf – Você tem uma parte, por assim dizer, teórica, da estratégia de uma melhor educação, e depois a parte, por assim dizer, de implantação, prática. Teoricamente, sou favorável à municipalização, porque repito o argumento: é mais fácil à mãe do aluno de Presidente Prudente cobrar do prefeito do que vir cobrar do secretário da Educação, que está a 600 quilômetros. Nesse aspecto, a responsabilidade da escola de primeiro grau ficar com o prefeito, acho que filosofia está certa.

Agora, tudo isso foi feito no governo do Estado de maneira atabalhoada. Não foram respeitados certos direitos adquiridos. Exemplo: uma professora substituta, que dava aula no Estado há dez anos, mas que era substituta pura e simplesmente porque o Estado não tinha feito concurso, ganhava, vamos supor, 1.200 reais. O governo do Estado esqueceu os seus direitos adquiridos,

e quando a passou para a Prefeitura ela foi com o salário da Prefeitura local, que era de 600 reais. Ora, a diminuição de salário eu acho uma *bruta* injustiça social num país onde o salário já é muito baixo. Segundo lugar: em certas cidades, a professora já estava há muitos anos numa determinada escola num certo endereço. Quando foi municipalizada, porque ela era substituta, o prefeito a jogou a 20 quilômetros. Aí, outra injustiça, porque ela não ganhava para pagar a gasolina.

Revista Adusp – Falta planejamento?

Maluf – Faltou um mínimo de investigação sobre as condições locais. Então, se fez de maneira genérica para todo o Estado. Mas as condições de uma cidade como Santo André são muito diferentes de Andradina. Então, a municipalização, filosoficamente, estou de acordo. A sua implantação foi feita com milhares de erros e com muita gente criticando a municipalização. Essa crítica não deveria existir.

Revista Adusp – Há um projeto de lei na Assembléia Legislativa extinguindo a progressão continuada. O candidato pretende manter a progressão continuada nos moldes atuais, sabendo-se que sua aplicação vem sofrendo críticas da população e de especialistas?

Maluf – Não. Vou pura e simplesmente acabar. Sou aluno da USP, e confesso que fiquei com oito graus de miopia, que a Escola Politécnica me deu pelo excesso de aulas. As aulas da Politécnica eram: as teóricas quatro horas durante a manhã. Das 8 horas ao meio-dia. Depois tinha laboratório das 14 às

18 horas, e à noite tinha que fazer projetos em casa. Pois bem. Eu não me queixo. Muito ao contrário, eu sou muito grato à USP. Então, o que é progressão continuada? Um nome pomposo para uma grande porcaria. É o aluno passar de ano sem que seja conferida a frequência, sem que haja avaliação... Tira essa foto aqui do jornal *Agora* [*dirigindo-se ao fotógrafo da Revista Adusp*]. Pega mais o jornal do que o Maluf. [*Lendo as chamadas*] “Alunos chegam à quinta série sem saber escrever”. Quer dizer, isto é para qualquer Secretário da Educação se suicidar.

“Pais pedem que filhos sejam reprovados”. Pode tirar também essa. Isso aconteceu fisicamente comigo, em Piracicaba. Uma mãe me pegou pelo braço e me pediu um favor: que eu fosse para a escola e pedisse pela reprovação do seu filho, não pela aprovação. Estava na quarta série, e não sabia também escrever. Então, eu sou contra a progressão continuada e vou acabar com a progressão continuada em todo o Estado de São Paulo. Vai ter que ser uma progressão a-va-li-a-da. O aluno deve fazer a sua provinha mensal, seu exame semestral. Se não souber o suficiente, faz recuperação, se não souber o suficiente, faz como eu — eu fiz segundas épocas [*dependência*]. Nunca repeti de ano, nem repeti uma matéria. Faz a segunda época e todo mundo tem certeza que passa de ano sabendo.

Revista Adusp – Como o candidato planeja reverter o número excessivo de alunos em salas de aula? Qual seria o limite ideal?

Maluf – Para mim, o limite ideal é 40, ou até 35. Agora, por que tem

excesso de aluno? Não tem excesso de aluno, tem falta de construção de escolas. Ou seja, eu construí no meu período, de quatro anos, 998 escolas. Não tem cidade sem escola construída. Pega uma cidade lá do meio do interiorzão [*procurando em relatórios*]. Catanduva: construção da Escola Vitorino Pereira. Alunos beneficiados: 1.365 em 13 salas de aula. Reforma da Escola Barão do Rio Branco, reforma e ampliação da escola Elias Dechá [*relata obras em escolas realizadas em cidades do Vale do Paraíba e em São Carlos*]. Então, não é que tem aluno demais. O Estado não cumpriu com a sua obrigação de construir novas escolas.

Revista Adusp – O Sr. falou do plano de construção de novas unidades de ensino. Mas a LDB diz que até 2006 todos os professores devem ter curso superior. O professor de magistério vai ter que fazer um curso superior para poder dar aula. Como o senhor pretende cumprir com essa exigência? Investindo em Institutos Superiores de Educação? Pretende envolver as universidades públicas na formação de professores para o ensino médio?

Maluf – Quando prefeito, fiz um convênio com a USP, onde havia inclusive reciclagem de professores municipais. A palavra reciclagem muitas vezes é mal entendida. Todos nós temos que nos reciclar. Quem não se reciclou não viveu. Nisso a USP pode ajudar muito o Estado em convênios para melhorar e reciclar os professores. Agora, essas leis são muitas vezes feitas desconhecendo um pouco a realidade local, porque você não tem um Brasil. Você tem 27 brasis. O que vale para São Paulo

eu não sei se você pode aplicar em Roraima ou no Acre. Também você tem direitos adquiridos dos professores, que têm estabilidade. Você não pode exigir dele algo se ele é estável. Você não pode demiti-lo, pô! Então, há que se ter um certo tempo de implementação da lei.

Revista Adusp – O governo tem repassado às três universidades públicas estaduais, desde 1995, o equivalente a 9,57% da arrecadação anual do ICMS. Uma vez no governo, o Sr. pretende manter esse percentual? Como vê a reivindicação de professores, funcionários e estudantes, de aumento do repasse para 11%?

Maluf – Temos que manter a autonomia universitária, mas vou entrar num ponto polêmico. Outro dia eu li um artigo do professor [José] Goldenberg — não sei se você leu no *Estado de S. Paulo* — e ele fala um pouco daquelas aposentadorias precoces da USP, que evidentemente vão dar uma sobrecarga no orçamento da USP. Temos que rever muitas coisas, porque a USP, como sempre, foi uma universidade de pesquisa. E vou entrar num outro ponto polêmico. Não tenho informações de que a pesquisa hoje tenha um grande investimento. Os grandes gastos são com pessoal mesmo. Está com mais de 90% com gasto de pessoal e aposentado. Então, tem que abrir a caixa-preta, respeitar a autonomia, dar aos grêmios acadêmicos representatividade para esse estudo, e sem paixão nem radicalismo, verificar as razões das doenças da falta de orçamento, diagnosticar e dar o remédio.

Revista Adusp – Seria possível,

**“Vou acabar
com a
progressão
continuada”**

estabelecido esse índice, constitucionalizá-lo, tal como dispõe a PEC 14/2000?

Maluf – Mas o problema não é o índice. Você pode dar 11 ou pode dar 50. E depois de algum tempo verificar que os 50 foram usados de maneira imprópria ou equivocada. Então o problema é o seguinte: é discutir, se nós estamos numa democracia, por mais que se respeite a autonomia da USP, não custa nada perguntar o que é que vocês estão fazendo com o dinheiro. Se chegar à conclusão de que tem um orçamento maior para aposentado do que para professor da ativa, tem que acender um sinal amarelo e verificar o que está acontecendo.

Revista Adusp – Há a possibilidade, então, em um eventual governo do Sr., se constatado que este comprometimento da folha de pagamento com inativos é muito alto, transferir o pagamento de aposentados para o Estado?

Maluf – Isto aqui é como cober-tor de pobre: você cobre a cabeça e descobre o pé. Se transferisse para o Estado, algum médico vai reclamar que não tem remédio no hospital de Sorocaba, outro vai dizer que faltou giz na escola de Andradina. Com

todo o meu respeito, eu sou polêmico, eu falo a verdade, o assunto tem que ser discutido no seguinte sentido: as universidades têm autonomia, mas quem paga imposto é que tem obrigação de saber onde está sendo gasto o dinheiro.

Revista Adusp – Dentro da discussão da autonomia universitária, hoje a escolha para Reitor e Vice-Reitor na universidade é feita de maneira indireta, um colegiado pequeno elege uma lista tríplice e a envia ao Governador, que decide, o que fere a autonomia universitária. O Sr. pretende mudar esse sistema e...

Maluf – Sempre nomeio o primeiro. Agora, se o Governador foi eleito, ele tem uma responsabilidade com a sociedade. Ninguém pode recriminar o Governador por escolher o segundo. Aliás, no caso do procurador de justiça, o governador Covas não escolheu o primeiro, escolheu o segundo que era Luiz Antonio Marrey. Então, ou você muda a lei, ou o Governador tem um arbítrio para exercer a lei. Eu sempre escolhi o primeiro.

Revista Adusp – O que o Sr. espera das universidades estaduais de São Paulo e como pensa em relacionar-se com elas?

Maluf – Eu, que sou aluno da USP, espero que elas continuem formando futuros governadores, entendeu? Que seja uma escola de elite, e que realmente forme professores. Mas que não seja só uma universidade formadora, formadora de bons profissionais, mas seja uma formadora de sementes, que amanhã podem ser inclusive professores em outras universidades do país e que possam levar a sabedoria daquilo que foi

aprendido em São Paulo para outros lugares. Agora, eles podem esperar muito de mim, porque o último grande aumento para os professores da USP, o último grande reconhecimento, quem deu foi o governador Paulo Maluf e o professor da USP Afonso Pastore, que era meu secretário da Fazenda. Depois daquilo, ninguém mais teve a consideração que nós tivemos com a USP.

Revista Adusp – São Paulo representa 30% do PIB nacional, mas não tem uma presença equivalente no cenário político nacional, e está até sub-representado no Congresso, em termos da relação população-número de parlamentares. O Sr. pretende dar maior peso político ao cargo de governador de São Paulo?

Maluf – Ninguém deu mais peso político do que o Paulo Maluf, ninguém. E veja, o peso político não é dado por ter 70 deputados ou 120. Pode ser até que com 120 deputados você tenha um peso político menor, porque se eu perguntar: “Me dê rápido o nome de dez dos 70 deputados”, não sei se você consegue me dar. Então o problema da representatividade não é o número, é a qualidade, e quando eu fui governador de São Paulo, empurrei o governo federal para medidas de geração de emprego, para um aumento da exportação, para uma democratização na concessão dos meios de comunicação do interior, que era feito tudo por concorrência pública, trouxe recursos do governo federal para todas as áreas, da educação, de saúde, de estradas, fiz os primeiros convênios para fazer as estradas aqui no Estado de São Paulo, as estradas vicinais

Reequipei, por exemplo, a Fepasa, que foi destruída de maneira criminosa neste governo tucano. Trouxe inclusive para São Paulo uma coisa que se julgava um sonho, por que quando foi desapropriada a Light, a Light foi para o governo federal. Eu trouxe a Light para São Paulo. E lamento muito que o governo tucano vendeu a Eletropaulo, que é de São Paulo, “Eletricidade de São Paulo”, para os franceses, para uma estatal francesa. Com Paulo Maluf governador, o peso de São Paulo vai ser grande, independentemente de saber se temos 70 ou 80 deputados.

Revista Adusp – No setor da energia elétrica, o Brasil passou por um verdadeiro colapso no setor da energia elétrica. O racionamento, o aumento de contas levou a uma retração da economia. O governo de São Paulo era proprietário de uma importante parte da geração de energia elétrica...

Maluf – Possuía. Temos agora caça-níqueis estrangeiros querendo coletar uma conta de luz alta para mandar seus dividendos para as matrizes estrangeiras.

Revista Adusp –... mas nos últimos anos passamos por uma política de privatização...

Maluf – Não, uma política de doação!

Revista Adusp –... do parque elétrico do Estado, que medidas podemos esperar do Sr. para evitar uma crise de abastecimento?

Maluf – Em primeiro lugar, não sou Mandrake, nem Jesus Cristo, para fazer milagres. Houve uma política criminosa. Não de geração de energia elétrica. Uma política

criminosa de geração de caixa, de dinheiro, através da entrega das nossas hidrelétricas para os estrangeiros. A Eletropaulo foi entregue para a *Electricité de France*, que só tem interesse, evidentemente, em mandar dividendos para a França. A Paulista de Força e Luz foi entregue para o grupo VBC, Votorantim, Bradesco e Camargo Corrêa, empreiteiros e banqueiros.

A Cesp Paranapanema, com as represas de Jurumirim, Salto Grande, Lucas Nogueira Garcez, Xavantes, Capivara e Rosana Itaquarú — veja, estou citando de cor, não estou lendo, é bom que se diga — feitas por mim, sendo que estas duas últimas foram entregues aos americanos. A Cesp Tietê foi entregue também para os americanos, ou seja, entregamos as usinas de Laras, Laranjal Paulista, Barra Bonita, Bariri, Ibitinga, Promissão, Salto Avandava e Três Irmãos.

Sobraram as de Porto Primavera, Jupiá e Ilha Solteira — que a coragem de um juiz impediu a doação. Então, o que o governo tucano quis não foi gerar energia, ele quis gerar dinheiro para pagar banqueiros, porque, na verdade, a dívida interna, que era de 13 bilhões de reais, com todas as vendas, foi para 93 bilhões de reais, sete vezes.

Outro crime que foi cometido: na matriz energética, você podia ter as termoelétricas, e o gás que vem da Bolívia hoje é distribuído pela Comgás em São Paulo, e a Comgás foi entregue para a *British Gas*, para os ingleses. Então, há uma coisa esdrúxula: o gás da Bolívia é pago em dólares e o lucro da Comgás é pago em libras esterlinas para a sua

matriz, quer dizer, tudo isso está sendo feito sem que não haja ninguém com personalidade que reaja.

Revista Adusp – É possível reverter esse quadro?

Maluf – Mas como reverter?! Vou agora desapropriar?! Onde é que tem dinheiro para isso?! Quebraram São Paulo. Estou lhe dizendo que a dívida foi de 13 para 93! E ninguém sabe o que fizeram com o dinheiro das vendas. E não foi só isso que venderam, venderam o Banespa também. Cadê os sete bilhões [*de reais*] do Banespa?

Revista Adusp – Então, o Sr. não pretende manter a política de privatizações no Estado?

Maluf – Não venderei nada! E não é que não vou privatizar, não vou mais entregar nada para ninguém!

Revista Adusp – A Nossa Caixa continua do governo?

Maluf – A Nossa Caixa continua do governo de São Paulo, a Sabesp do governo de São Paulo e a Cesp vai tentar ser de novo uma semente para a ampliação da matriz energética paulista. Olha, falavam muito, no passado, quando eu era garoto, estudante, do “polvo canadense”, contra a Light. Pois o governo brasileiro fez muito bem: comprou a Light, e por um valor muito barato. Fez a Light brasileira, e precisou vir um governo dito social-democrata para entregar de novo a Light para uma estatal francesa. Quer dizer, se os estrangeiros quisessem aqui nomear um homem de extrema-direita para dismantelar todo o parque nacional brasileiro e entregá-lo para os estrangeiros, não teria nomeado ninguém melhor que os tucanos. Os tucanos fizeram um

“Sou a favor da reforma agrária e contra a invasão de terras”

serviço, neste aspecto. Excelente contra o Brasil.

Revista Adusp – Política para combater o desemprego no Estado de São Paulo...

Maluf – Mas que você quer? Um milhão e 838 mil desempregados, Deus queira que você não seja o próximo. [*Levantando-se e convidando a reportagem a se retirar*]

Revista Adusp – E com relação à sonegação de impostos? São Paulo pretende entrar na guerra fiscal?

Maluf – São Paulo vai obrigar os outros estados a fazer a reforma fiscal, que o Fernando Henrique prometeu oito anos e não fez. E a primeira coisa que eu vou fazer, eu vou igualar, até eles virem conversar e chegarmos a um denominador comum. A Constituição tem que valer para todos os estados brasileiros, não só para 26.

Revista Adusp – Existe espaço para reforma agrária no Estado de São Paulo ou...

Maluf – [*Em pé na porta de saída*] Ainda tem, ainda tem... Pequena, mas tem. Não tem muita terra disponível. Ainda tem... E eu sou a favor da reforma agrária e contra a invasão de terras por pessoas que não são proprietárias.